

OKU ABO – DECÁLOGO DAS OFERENDAS: CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Lara Moutinho da Costa e Aderbal Costa Moreira (Aderbal Ashogun).

O *Decálogo das Oferendas* é uma ferramenta educativa criada pelo projeto **OKU ABO – Educação Ambiental para Religiões Afro-brasileiras**, e foi desenvolvido pela associação ambientalista Defensores da Terra em parceria com a comunidade/terreiro de candomblé Ilê Omiojuarô, de Mãe Beata de Yemonjá e Aderbal Ashogun. Foi elaborado especificamente para atender as demandas das comunidades religiosas afro-brasileiras e das unidades de conservação da natureza, buscando minimizar os conflitos existentes entre a necessidade de conservação dos recursos naturais, principalmente das áreas protegidas por legislação específica, como parques e reservas, e a livre expressão religiosa dos adeptos e praticantes das religiões afro-brasileiras, garantida pela Constituição Federal.

O *Decálogo* mistura saberes ecológicos/conservacionistas com saberes tradicionais do candomblé. Além de buscar o entendimento do problema que envolve os resíduos religiosos provenientes das oferendas deixadas na natureza, fomentando o diálogo e o respeito a diversidade cultural e ambiental, o texto lista dez itens que podem inspirar adeptos, praticantes e simpatizantes de religiões afro-brasileiras na adoção de práticas religiosas mais conscientes e sustentáveis, e mais alinhadas com os saberes sagrados ancestrais e com a necessidade urgente de conservação dos recursos naturais, com recomendações sobre o uso de materiais biodegradáveis na prática do culto, sobre a disposição final adequada dos resíduos, sobre reaproveitamento e reciclagem dos materiais, sobre a conduta no meio ambiente natural, sobre os perigos, riscos e sanções do uso do fogo, entre outros itens.

Através do resgate desses saberes, da resignificação e reconhecimento da dimensão sagrada da relação homem-natureza, buscando ao mesmo tempo sensibilizar e responsabilizar as ações quando no meio ambiente natural, o *Decálogo das Oferendas* busca ser uma ferramenta de auxílio no enfrentamento dos conflitos evidenciados pela prática religiosa na natureza, principalmente naquelas envolvendo unidades de conservação de proteção integral onde só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, podendo ser útil para educadores ambientais, religiosos, gestores de áreas protegidas, autoridades públicas, ambientalistas, e demais atores sociais preocupados com a conservação ambiental e com a intolerância religiosa.

Os objetivos deste trabalho são:

- Contribuir no enfrentamento dos conflitos socioambientais envolvendo oferendas religiosas em unidades de conservação da natureza;

- Auxiliar gestores de áreas protegidas na gestão ambiental e manejo de seus territórios e na discussão pública e institucional do uso religioso das unidades de conservação por diferentes tradições religiosas, visando contribuir para a diminuição do preconceito, da intolerância religiosa e das desigualdades no uso do espaço público;
- Contribuir para o reconhecimento e respeito à diversidade cultural, melhorando relações, diminuindo preconceitos e favorecendo uma maior inclusão social em áreas protegidas;
- Ampliar a consciência pública sobre as contribuições do pensamento afro-brasileiro com relação à conservação dos recursos naturais;
- Ampliar e fomentar o diálogo entre lideranças religiosas e autoridades públicas buscando com isso incrementar a compreensão entre os saberes religiosos tradicionais e o discurso ecológico/ conservacionista,

A elaboração e uso da ferramenta educativa envolveu a pesquisa interdisciplinar e participante, de característica qualitativa, com acompanhamento de reuniões temáticas e a observação participativa de eventos de caráter educativo, religioso, cultural e conservacionista. Através de entrevistas semidirigidas com gestores e funcionários de unidades de conservação, devotos e autoridades religiosas, procurou-se identificar os principais conflitos envolvendo oferendas religiosas na natureza e as pontes de união entre os saberes tradicionais das religiões afro-brasileiros e os saberes científicos/ecológicos, relacionando que aspectos da subjetividade da cultura afro-brasileira poderiam ser destacados e abordados como aliados da conservação dos recursos naturais e como temas geradores em educação ambiental.

Com tiragem inicial de 2 mil exemplares, o *Decálogo das Oferendas* foi distribuído para chefes de unidades de conservação de proteção integral do estado do Rio de Janeiro, via correio e pela internet. Também foi distribuído para terreiros de umbanda e de candomblé da cidade do Rio e de municípios da baixada fluminense, para entidades do movimento negro, do movimento ambientalista, institutos de pesquisa, universidades, redes, lideranças inter-religiosas e comunitárias, educadores ambientais e público formador de opinião.

Através de reuniões ampliadas com autoridades religiosas, o texto tem sido discutido e usado como referência por diferentes tradições, que buscam iniciar suas discussões baseadas nas recomendações do texto e passam a organizar suas próprias ferramentas educativas, adaptando as recomendações expostas às especificidades da sua religião.

O *Decálogo das Oferendas* foi lançado ao público direto pela primeira vez em julho de 2004, num mutirão de limpeza organizado pelo Parque Nacional da Tijuca em parceria com entidades religiosas, ambientalistas e grupos de voluntários do parque. Por misturar conhecimentos de proteção e conservação da natureza com saberes tradicionais do candomblé,

muitos itens tem sido considerados polêmicos para algumas tradições, principalmente da linha de umbanda, que embora concordem e apoiem muitas questões que são apresentadas, boicotam outras, principalmente o não uso de fogo durante o ritual e as recomendações para elaboração de porções reduzidas para as oferendas a fim de combater o desperdício e promover o consumo consciente.

Muitas comunidades religiosas acreditam que os tamanhos das cestas de frutas apresentados para Oxum nas cachoeiras, assim como a quantidade de frutas e de presentes, influenciam na hora da resposta do orixá, para dar um exemplo concreto. Por isso, os itens que abordaram questões de ritualística são os que mais sofrem críticas, pois foi observado que existem muitas correntes religiosas diferentes derivadas de linhas tradicionais de candomblé e de umbanda, e cada uma tem uma ritualística própria, com pontos de convergência entre si e de discordância também.

O Decálogo apresenta conceitos inovadores como “Sítios Naturais Sagrados”, para designar os rios, cachoeiras, praias, matas, pedreiras e florestas, resgatando a noção de sacralidade da natureza, própria destas religiões de matrizes da natureza. Também cria um conceito novo que é o “Tempo Mínimo de Permanência”, ou seja, o tempo mínimo que as oferendas necessitam ficar exposta no meio ambiente. Foi observado que este tempo varia de tradição para tradição, de terreiro para terreiro. O decálogo, então, incentiva as lideranças religiosas a estabelecerem os tempos mínimos que cada oferenda de cada ritual precisa, orientando os adeptos a irem até seus pais e mães de santo para buscarem orientações a respeito.

Muitas recomendações sobre a destinação final adequada para os resíduos gerados foram expostos, chamando a atenção para a necessidade da redução do consumo e do lixo, da importância do reaproveitamento e reciclagem dos materiais usados, para a possibilidade de uso de materiais biodegradáveis na prática do culto religioso e pela urgência do recolhimento, através da responsabilização pessoal, de todo material levado para o ambiente natural, após o tempo mínimo de permanência. Alertas sobre os riscos de incêndio florestais que velas acesas podem causar, e o dano que podem causar à fauna e flora local, principalmente as árvores, também sofrem resistência, já que muitas linhas religiosas de umbanda, principalmente, afirmam a necessidade de uso deste elemento. Mas acabam discutindo o problema e buscando alternativas mais legalmente viáveis.

O *Decálogo das Oferendas* tem sido intensamente procurado, principalmente por chefias de unidades de conservação (muitas de outros estados), por militantes do movimento ambientalista, montanhistas, movimentos da cultura afrobrasileira e adeptos de cultos afros interessados na questão ambiental. Embora muitas comunidades religiosas umbandistas não

concordem com o texto na íntegra, ele tem sido uma referência para que estas entidades construam seus próprios decálogos, fomentando discussões internas que tem levado à reflexão e à mudança de comportamento. Neste sentido, tem cumprido um papel importante na promoção de discussões que tem ajudado efetivamente na minimização do conflito gerado entre duas grandes necessidades e direitos garantidos por lei: o direito que as diferentes tradições religiosas têm de se livre expressar, garantido pela constituição do Brasil, e o direito que a natureza (com seus diferentes componentes) tem de ser e permanecer ela mesma, devido ao seu valor intrínscico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O resumo trata de um texto construído pelo defensores da terra e o ilê omiojuaro, a partir de reuniões temáticas, desta forma não possui Referencias Bibliográficas.